



## PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE

Mensagem nº 92/25  
Proc. SEI nº 40040/2024-19

### Senhor Presidente

Tem o presente a finalidade de encaminhar a Vossa Excelência, para apreciação desse Egrégio Poder Legislativo, o incluso Projeto de Lei que altera e revoga dispositivos da Lei nº 4615, de 17 de dezembro de 2024, que dispõe sobre a prestação do Serviço de Transporte Público Individual de Passageiros por Táxi e institui o Serviço de Táxi Acessível no Município de São Vicente e dá outras providências, justificando-se à propositura pelas razões que adiante seguem.

Considerando a Lei Federal nº 12.468, de 26 de agosto de 2011 e a Lei Federal nº 15.271, de 26 de novembro de 2025,

Considerando a necessidade de atualização da lei, tendo em vista a alteração da legislação federal que versa sobre a profissão de taxista e regulamenta o serviço de transporte por táxi.

O presente projeto visa a regularização no âmbito do Município de São Vicente da Lei Federal nº 12.468, de 26 de agosto de 2011 no tocante a profissão de taxista, estabelecendo normas para exploração de serviços de veículos de aluguel (táxi).

O transporte público individual de passageiros, enquanto atividade econômica submetida à regulação do Poder Público, obedece, atualmente, a Lei nº 4615, datada de 17 de dezembro de 2024, que apesar de ser recente, não está em acordo com a legislação federal recém sancionada.

A competência municipal para legislar sobre transporte público individual de passageiros advém da abrangência do interesse, da sua limitação ao território do Município, o que foi denominado por "interesse local" pela Constituição Federal (art. 30, inciso I), devendo complementar, naquilo que for de interesse local, a legislação sobre trânsito e transporte expedida pela União (art. 22, XI, da Constituição Federal).

Mais adiante, no próprio art. 30, a Constituição estabelece que compete ao Município legislar sobre a organização do transporte coletivo (inciso V), de onde se extrai que o transporte público individual, quando limitado ao território do Município, também é um interesse local.

O Projeto de Lei visa, ainda, atualizar a legislação municipal vigente sobre o Serviço de Táxi, em razão da necessidade de adequação à legislação federal.

Encaminhamos, diante disso, o presente Projeto de Lei contendo a atualização legislativa, a qual submetemos à apreciação.

Essas, Senhor Presidente e Senhores Vereadores, são as razões que fundamentam a propositura em voga.

Diante da urgência e da relevância da matéria, rogo para que seja o presente Projeto de Lei tramitado em regime de urgência de que trata o artigo 57 da Lei Orgânica do Município.

Ao ensejo, renovamos a V. Exa. os protestos de elevada estima e distinta consideração.

**SANDRA CONTI**

Vice-Prefeita no exercício do cargo de Prefeito Municipal

Exmo. Sr.

**Vereador Wagner Santos Pinheiro**

DD. Presidente da Câmara Municipal

São Vicente - SP

Mensagem nº 92/25

### **PROJETO DE LEI**

**Altera e revoga dispositivos da Lei nº 4615, de 17 de dezembro de 2024, que dispõe sobre a prestação do Serviço de Transporte Público Individual de Passageiros por Táxi e institui o Serviço de Táxi Acessível no Município de São Vicente e dá outras providências.**

**Proc. SEI Nº 40040/2024-19**

**Art. 1º** Passa a ter a seguinte redação o art. 7º da Lei nº 4615, de 17 de dezembro de 2024:

"Art. 7º Os condutores deverão realizar curso nos termos do inciso II, do art. 3º da Lei Federal nº 12.468, de 26 de agosto de 2011 e Resolução CONTRAN nº 456, de 22 de outubro de 2013."

**Art. 2º** Passa a ter a seguinte redação o art. 14 da Lei nº 4615, de 17 de dezembro de 2024:

"Art. 14 A permissão terá caráter personalíssimo, sendo concedida a título precário, sendo admitida a cessão de direitos, nos termos da Lei Federal nº 12.468, de 26 de agosto de 2011."

**Art. 3º** Passa a ter a seguinte redação o parágrafo único do art. 15 da Lei nº 4615, de 17 de dezembro de 2024:

"Art. 15 ...

Parágrafo único. No ato da renovação será necessário a comprovação dos requisitos previstos nos artigos 8º e 11, além do comprovante de verificação do taxímetro, nos termos da legislação em vigor."

**Art. 4º** Passa a ter a seguinte redação o art. 23 da Lei nº 4615, de 17 de dezembro de 2024:

"Art. 23 Os permissionários e condutores auxiliares ficam sujeitos às seguintes taxas e impostos:

I - De Expediente, referente a:

- a) Taxa de protocolo, no valor de R\$ 27,11 (vinte e sete reais e onze centavos);
- b) Inscrição, revalidação ou retirada de inscrição no Cadastro Municipal de Condutores de Táxi, no valor de R\$ 38,86 (trinta e oito reais e oitenta e seis centavos);
- c) Expedição de Alvará de Estacionamento, se permissionário, no valor de R\$ 247,23 (duzentos e quarenta e sete reais e vinte e três centavos);
- d) Renovação de Alvará de Estacionamento, se permissionário, no valor de R\$ 154,14 (cento e cinquenta e quatro reais e catorze centavos);
- e) Substituição do veículo, se permissionário, no valor de R\$ 142,69 (cento e quarenta e dois reais e sessenta e nove centavos);
- f) Transferência de Alvará de Estacionamento, se permissionário no valor de R\$ 6.715,94 (seis mil, setecentos e quinze reais e noventa e quatro centavos);
- g) Permuta de Ponto de Estacionamento, por solicitação do interessado, se permissionário, no valor de R\$ 101,42 (cento e um reais e quarenta e dois centavos).

II - De Serviços diversos:

- a) Vistoria do veículo, se permissionário, no valor de R\$ 27,07 (vinte e sete reais e sete centavos);
- b) Expedição de crachá, no valor de R\$ 22,38 (vinte e dois reais e trinta e oito centavos).

III - Os permissionários e condutores auxiliares ficam sujeitos ao recolhimento do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN ou outro imposto a que vier substituí-lo.

Parágrafo único. Em caso de falecimento do outorgado, o cônjuge, o companheiro ou os filhos sobreviventes poderão requerer, no prazo de 1 (um) ano, contado da data do óbito, a cessão da outorga em seu favor, desde que atendidos os requisitos legais, hipótese em que não incorrerá no pagamento no disposto na alínea "f" deste artigo."



**Art. 5º** Passa a ter a seguinte redação o art. 25 da Lei nº 4615, de 17 de dezembro de 2024:

“Art. 25. A permissão será extinta no caso de descontinuidade ou ociosidade, sendo aplicado o que determina a Lei Federal nº 12.468, de 26 de agosto de 2011.”

**Art. 6º** Acrescenta-se a alínea “y” no art. 26 da Lei nº 4615, de 17 de dezembro de 2024:

“Art. 26 ...

y) descontinuidade da prestação do serviço ou ociosidade da autorização quando o taxista deixar de cumprir as exigências de vistoria ou de renovação de licença por 2 (dois) anos: multa de R\$ 1.300,00 (Um mil e trezentos reais).”

**Art. 7º** Passa a ter a seguinte redação o § 1º do art. 31 da Lei nº 4615, de 17 de dezembro de 2024:

“Art. 31...

§ 1º O taxímetro em uso deve, obrigatoriamente, ser submetido à verificação periódica, nos termos da legislação vigente.”

**Art. 8º** Passa a ter a seguinte redação o art. 42 da Lei nº 4615, de 17 de dezembro de 2024:

“Art. 42 A receita arrecadada com a cobrança de taxas e multas por infrações relacionadas à prestação do Serviço de Transporte Público Individual de Passageiros em Veículos de Aluguel providos de Taxímetro será destinada, exclusivamente, ao Fundo Pró-Transportes ou outro fundo que vier a substituí-lo.”

**Art. 9º** Passa a ter a seguinte redação o art. 43 da Lei nº 4615, de 17 de dezembro de 2024:

“Art. 43 Os valores de multas e taxas constantes desta Lei poderão ser corrigidos monetariamente pelo Poder Executivo Municipal, respeitado o limite da variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) no exercício anterior, ou outro índice que vier a substituí-lo.

Parágrafo único. Os novos valores decorrentes do disposto no **caput** serão divulgados pelo Poder Executivo Municipal com, no mínimo, 30 (trinta) dias de antecedência de sua aplicação.”

**Art. 10** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial o parágrafo único do art. 2º da Lei nº 4615, de 17 de dezembro de 2024.

\* \* \* \*



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://cidades.sei.sp.gov.br/baixadasantista/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://cidades.sei.sp.gov.br/baixadasantista/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **1418083** e o código CRC **0FD0D109**.

Referência: Processo nº 3551009.401.00040040/2024-19

SEI nº 1418083



## PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE

Gabinete da Secretaria da Fazenda

**Projeto de Lei que 'ALTERA E REVOGA DISPOSITIVOS DA LEI Nº 4615, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2024, QUE DISPÕE SOBRE A PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE TRANSPORTE PÚBLICO INDIVIDUAL DE PASSAGEIROS POR TÁXI E INSTITUI O SERVIÇO DE TÁXI ACESSÍVEL NO MUNICÍPIO DE SÃO VICENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.'**

**Proc. n.º 3551009.401.00040040/2024-19**

### ESTIMATIVA DE IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO

Informo, nos termos da legislação vigente, em especial, a Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000), que o projeto em análise não terá impacto orçamentário-financeiro para o município de São Vicente, considerando que não altera ou cria nenhuma despesa de caráter continuado ou renúncia de receita com sua promulgação.

Por todo o exposto, conclui-se que o município não terá as metas afetadas pelo estudo em questão e tem autorização na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO para essa ação.

São Vicente, na data da assinatura digital.

**ELISÂNGELA DOMINGUES LEVI**  
Secretária Municipal da Fazenda



Documento assinado eletronicamente por **Elisângela Domingues Levi, Secretário Municipal**, em 04/12/2025, às 16:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023 e Decreto Municipal de regulamentação do processo eletrônico.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://cidades.sei.sp.gov.br/baixadasantista/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://cidades.sei.sp.gov.br/baixadasantista/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **1412127** e o código CRC **A8790451**.

Referência: Processo nº 3551009.401.00040040/2024-19

SEI nº 1412127